

Europa: Entre a Globalização e Geopolítica

O que é, ao certo, a Europa até ao Tratado de Roma, de 1957? Esta pergunta tem sido repetidamente formulada na Europa, em especial por intelectuais seus, mas não tem segura, convincente e operativa resposta.

Numa perspectiva que mais não pretende ser que meramente exemplificativa, poder-se-ia encontrar resposta em Voltaire. A Europa seria, então, “*uma espécie de grande república, dividida entre vários Estados, monárquicos uns, mistos outros, estes aristocráticos, aqueles populares; mas todos em correspondência uns com os outros, tendo todos um mesmo fundo de religião, tendo todos os mesmos princípios de direito público e político, desconhecidos das outras partes do mundo*”¹.

Linha, esta, de afirmação identificadora da unidade europeia, bem sentida e confirmada pelo brilhante Príncipe de Ligne, nascido em Bruxelas em 1735, que à posteridade legou obra de mérito excepcional. Dizia ele “que tinha tantas pátrias que já não sabia a qual delas pertencia; sentia-se perfeitamente à vontade e tão bem em Viena como em São Petersburgo”².

Verdade é que, se este era o sentimento, a percepção das elites europeias, bem diferente era o sentir da maioria das gentes, sobretudo depois da vaga de nacionalismos que assolou a Europa entre 1814 e 1914.

Natural era que assim acontecesse, porque as elites, sobretudo desde a Renascença, conheciam geralmente bem a civilização europeia e as «raízes angulares» da sua cultura, dinamicamente enriquecida pelos sistemas de ideias que floresceram na Europa.

Entre eles, referência especial merece o Cristianismo. É ele que torna desactualizada a ética do mundo grego e romano, porque oferece uma nova ética, assente numa triplicidade revolucionariamente inovadora:

1. No «livre arbítrio». Pela primeira vez na história da humanidade, é a liberdade (igual para todos os seres humanos), e não a natureza (diferente para todos eles), que se torna o fundamento do moral e do ético e, conseqüentemente, da acção (a este propósito, bem elucidativa é a Parábola dos Talentos).

2. Na ideia moderna de humanidade.

3. No reconhecimento de que, no plano moral, o espírito, o «Fórum íntimo» constitui a fulcralidade decisiva do juízo livre e responsável do ser humano.

Com o Cristianismo acede-se, pois, à primeira «globalização» real – a da moral e da ética universalista. Natural seria que as elites europeias, cultas, informadas do seu passado comum, sentissem a Europa de forma bem diferente das massas humildes e/ou iletradas da sociedade. E é necessário reconhecer que, para as massas humildes, a Europa real era a «Europa de Maquiavel», a Europa das guerras e das revoluções.

Os grandes conflitos mundiais, das I e II Guerras Mundiais, ao totalizarem inimigo e campo de batalha, ao orientarem-se estrategicamente pelas teses *claw-sevitzianas*, lavraram, com apocalíptica metralha, tanto os chamados campos de batalha militares, como as retaguardas civis, tendo o universo civil sido aquele que mais baixas sofreu, que mais duramente foi penalizado. Na I Guerra Mundial, entre os 19 milhões de mortos sofridos, 10 milhões foram de civis. Situação similar iria ocorrer na II Guerra Mundial. De entre os 62 milhões de vítimas contaram-se 37 milhões de civis.

A precedê-los, como que a prefaciá-los, geopoliticamente, a experiência de Napoleão, nas guerras do Império. Experiência, essa, tão rica em ensinamentos – tanto militares como políticos – que não obstaria a que o seu sonho viesse, de maneira geopoliticamente actualizada, a ser reeditado pela Alemanha, em 1914, com a I Guerra Mundial.

No entanto, a derrota de 1918 retira à Alemanha a possibilidade de concretizar o seu grande propósito geopolítico – controlar a massa terrestre constituída pela parte continental da Eurásia, os territórios a leste da Alemanha, que são consabidamente a sua área cultural e o seu *hinterland* económico. Porém, não lhe retira o sonho, que procura, de novo, tornar realidade em 1939.

É a nova guerra de 1939 a guerra total, com uma novel forma de estratégia (de usura, de movimento: *Blitzkrieg*) que Hitler concebe, desencadeia e desenvolve, não só para tornar a Alemanha a potência continental, mas, também, já, para fragilizar os Estados Unidos da América, a potência marítima (objectivo que a leva a aliar-se ao Japão).

Derrotada a Alemanha, em 1945, é à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que se oferece a oportunidade geopolítica de se tornar a potência continental; oportunidade que se iria concretizar em Yalta e Potsdam, com o beneplácito dos Estados Unidos da América.

A nação alemã é dividida em dois estados, que ficam, um – a República Federal Alemã – sob controlo dos aliados ocidentais, o outro – a República Democrática Alemã – sob ocupação soviética. A URSS ganharia mais 600.000 km², recuperando, em termos de superfície, a dimensão do Império Czarista perdida aquando do Tratado de Brest-Litovsk. Dificilmente poderia, na altura, exigir mais.

Sai, assim, da II Guerra Mundial um mundo bipolarizado, com uma correlação de forças extremamente favorável à potência marítima.

Em breve, o expansionismo soviético-comunista mostraria a sua determinação em modificar a correlação de forças e em questionar, no terreno, a posição de potência marítima dos EUA. Assim, em 1948, começa a chamada Guerra Fria.

Surgem, entretanto, a NATO e o Pacto de Varsóvia, que correspondem, afinal, à organização militar do espaço pan-russo, e da grande zona cultural

européia (com o Canadá e os Estados Unidos).

A II Guerra Mundial foi, para a Europa, uma terrível e assombrosa hecatombe. O luto, a destruição e a miséria dela decorrentes, somados à sentida e real ameaça da *“Igreja vermelha do leste”*³ (na metáfora de Toynbee, retomada e desenvolvida pelo saudoso padre Manuel Antunes), obrigam os europeus – as suas elites em especial – a reflectir seriamente sobre a sua história e o seu futuro.

Na história procuram:

- › Inventariar as razões que, ciclicamente, os levaram a percorrer caminhos de autodestruição;
- › Descobrir soluções propiciadoras de pacífico entendimento e de cooperação intra europeias.

Nessa revisitação memorial activa, orientada para o futuro, procura-se estimular a imaginação democrática da Europa e, assim, encontrar soluções capazes de garantir futuros de paz, de cooperação e de desenvolvimento. Nela, e como não poderia deixar de acontecer, depara-se a Europa com a reflexão e a teorização

de muitos dos seus intelectuais, do século das Luzes e do século XIX, sobre a chamada «paz perpétua».

A este propósito, referência merecem, entre outros, Leibniz, o Abade de Saint Pierre, Jean-Jacques Rousseau, Kant e Victor Hugo.

Comum a todos eles é:

1. A preocupação de encontrar explicação para as guerras «eternas» de uma Europa de guerras;
2. O propósito de encontrar e apresentar soluções que pudessem apontar tempos de «paz perpétua».

Muitos deles, como aconteceu com Leibniz e o Abade de Saint Pierre, entendiam que os progressos da civilização fariam com que, entre os países – tal como já acontecera com os homens nos Estados *«montes-queiunamente»* organizados – a paz acabasse por se impor e reinar. Segundo eles:

“As nações, elas também, compreenderiam melhor o seu verdadeiro interesse logo que se esclarecessem, logo que ligassem os efeitos às causas, logo que descobrissem a causa da sua longa inimizade; elas não se deixariam mais enganar pelos prejuízos que tinham armado as mãos fraternas. Em breve iria brilhar a auro-ra da grande paz”⁴.

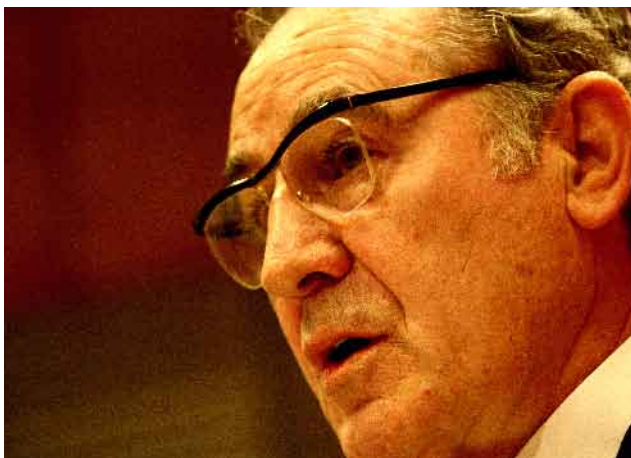
Curiosamente, o Abade de Saint Pierre desenhava uma arquitectura política euro-

peia em muito coincidente com aquela que ora se desenha e tenta erigir na Europa, e que incluía, entre outras, as seguintes características:

- › Haverá uma “União perpétua entre todos os soberanos da Europa”⁵
- › Nenhum dos membros da União poderá assinar qualquer tratado com outro Estado, sem consentimento de três quartos dos Estados, e somente na Cidade da Paz, que será livre e neutra
- › Os inimigos da União, se inimigos persistirem depois da mediação, conciliação e julgamento arbitral, serão combatidos por uma força composta de tropas das diferentes nações, comandadas por um chefe designado à pluralidade dos votos.

O princípio directo da política era, para ele, a natureza, que “queria a felicidade dos homens, o direito internacional traduziria essa vontade da natureza, a paz devia resultar do direito internacional”⁶.

Rousseau encarregar-se-ia de desmontar esta utopia, negando ao «progresso da civilização» tão





apaixonante desiderato:

“«De homem para homem», escreve ele «vivemos no estado civil e sujeitos às leis; de povo para povo, cada um usufrui de liberdade natural»”⁷.

Na verdade, dentro de cada país reinava o estado societário, sujeito às leis. Diferentemente, entre os povos as relações permanecem como que em «estado de natureza». Efectivamente, diferentes são os princípios que regem a ordem interna e a ordem externa dos países.

Na ordem interna, e como dissera Locke, já em 1690, “os que entram numa sociedade, remetem a igualdade, a liberdade e o poder que detinham no estado da natureza, nas mãos da sociedade”⁸. Assim, o poder político de uma comunidade “é obrigado a governar respeitando as leis estabelecidas e conhecidas pelo povo”⁹. Para evitar desvios perversos do poder, Locke defendia a separação de poderes entre o executivo e o legislativo.

Na ordem externa, é a força que rege as relações entre os povos, apenas mitigada por acordos internacionais que se celebram e denunciam, quando e conforme aos seus interesses convêm.

Diz Raymond Aron que “um Grande não aceita a ordem e não se deixa coagir”¹⁰. Todos sabemos, por repetida observação histórica, que assim é. A guerra do Iraque — eufemisticamente designada de preventiva — é, a este título, paradigmática. Paradigmáticas são, também, as posições assumidas pela superpotência, os Estados Unidos, e pela grande potência asiática emergente, a China, a propósito do controlo militar do espaço (da chamada guerra das estrelas).

Bush, em Outubro de 2006, referia-se à importância do espaço para a segurança dos Estados Unidos, e declarava que se arrogavam o direito de, a ele, negar o

acesso a qualquer outro rival capaz de utilizá-lo com fins hostis.

A China, ignorando a pretensão americana, assume a rivalidade estratégica com os EUA e surpreende-os, mostrando dispor, já, de tecnologia (de sistemas de armas) anti-míssil. E, surpreende-os porque os experts do Pentágono estimavam que a China poderia destruir ou danificar um satélite, mas só lançando um míssil ou um veículo espacial dotado de uma arma nuclear. Porém, a 11 de Janeiro de 2007, a China, com um míssil só, destrói um dos seus velhos satélites, em órbita a 885 km da terra (a uma altura superior àquela em que gravitam os 443 satélites americanos).

Estes factos, só por si, mostram quão utópicas eram as esperanças do Abade de Saint Pierre, e como tinham razão, quer Rousseau, quer Kant, que dizia

“que o avanço da cultura dos Estados, com a simultânea propensão crescente para se engrandecerem à custa de outros por meio da astúcia ou da violência, deve multiplicar as guerras e originar despesas cada vez mais elevadas”¹¹.

Apesar de assim entender os Estados e as suas relações, acaba, um pouco à semelhança do Abade de Saint Pierre, por dizer — não para a União da Europa, como com este acontecia, mas para o mundo — que confia que pode existir “um tal Estado universal dos povos”¹² pois “O que por razões racionais vale para a teoria, vale igualmente para a prática”¹³.

Na linha da preocupação enunciada, mas reportando-se ao universo Europa, manifesta Victor Hugo, num discurso proferido na Conferência Universal para a Paz, realizada em Paris, em meados do século XIX:

“Chegará o dia em que não haverá mais campos de batalhas, mas antes mercados abertos ao comércio e mentes

abertas a ideias. *Chegará o dia em que as balas e as bombas serão substituídas por votos, pelo sufrágio universal, pela arbitragem respeitável de um senado supremo (...).*

*Chegará o dia em que veremos (...) os Estados Unidos da América e os Estados Unidos da Europa dando as mãos sobre o Oceano*¹⁴.

Terão sido, pois, a história, a razão e a prudência – a natureza, segundo Kant – que, “após muitas devastações, naufrágios e até esgotamento interno geral das suas forças”¹⁵, terão inspirado a tardia decisão europeia de “sair do estado sem leis dos selvagens e ingressar numa liga de povos, onde cada Estado, inclusive o mais pequeno, poderia aguardar a sua segurança e o seu direito”¹⁶.

Creio ter sido neste larguíssimo e histórico percurso de reflexão, neste vasto reportório de razões e propósitos, que se terá gerado a ambição, logo manifestada no após guerra, de uma «paz perpétua» numa Europa unida.

Na verdade, logo em 1948, na Cimeira de Haia, se aprovaram três resoluções que pugnavam por uma união europeia política, económica e cultural.

Numa manifesta, e inusitada, manifestação de prudencial inteligência e vontade, a Europa refaz-se, aceitando a ajuda americana (o plano Marshall) e criando sucessivas organizações de cooperação: a Organização Económica da Comunidade Europeia, o Tratado dos Cinco (no qual se pode ver o núcleo da NATO), o «Conselho da Europa», e o Conselho Europeu de Investigação.

Criados são, ainda, organismos de integração que estabelecem um sistema de autoridade supranacional, como o Bénelux, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e o Euratom.

O Tratado de Roma, assinado em 1957, viria a coroar este acelerado processo de gestação da união da Europa.

Seria, é certo, à nascença, pouco ambicioso. Fruto de um laborioso compromisso entre os 6 membros fundadores (Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, RFA e Holanda), limitou-se a responder a dois grandes propósitos: ao da reconciliação, paz e cooperação; e ao da recuperação económica.

Para concretização de tais propósitos acertou-se na criação de um mercado comum e no estabelecimento de instituições comuns, que garantissem a cooperação dos Estados. Não assumiam, pois, os fundadores, nem um projecto de sociedade, nem a implicação directa dos cidadãos e da sociedade civil no projecto mínimo de construção da unidade europeia.

Obreiros de mérito no desenho, na negociação e na edificação desta inovadora arquitectura para a Europa foram, entre outros, Jean Monnet, Robert Schuman, Conrad Adenauer e De Gaulle.

O QUE É A EUROPA (A CEE) DEPOIS DO TRATADO DE ROMA?

É, como referido, uma união económica, com instituições políticas, assente numa reconciliação e cooperação que se pretendiam definitivamente alcançados.

Esta Europa – de reconciliação, cooperação e paz – viria a constituir um relevante sucesso, mas, também, insuficiente êxito.

Do sucesso são prova cabal:

- › A paz conseguida na Europa
- › O sucesso económico, que guindou a CEE a lugar cimeiro na economia mundial
- › A capacidade de resposta às situações resultantes dos repetidos choques petrolíferos
- › A resposta operatória à planetização em curso
- › A investigação tecnológica
- › A sua atractibilidade, perante os diversos povos europeus, que a ela têm vindo a aderir.

Êxito igual não conseguiu a Europa no campo político, mais por razão – por pensamento e acção – dos seus inimigos internos do que dos seus inimigos externos.

Inimigos internos têm sido, desde os seus primórdios – por motivos diversos e antagonistas – os nacionalistas, os comunistas, os tradicionalistas e os atlantistas radicais:

- › Os nacionalistas porque prezam, acima de tudo, a Nação e porque entendem que a supranacionalidade negaria ou, no mínimo, ameaçaria a existência e a essência das experimentadas realidades nacionais.
- › Os comunistas porque entenderão que uma unidade política europeia, assente no pensamento e valores que distintivaram a civilização e cultura europeias, poderiam constituir dique intransponível à revolução inspirada por Marx e Lenine.
- › Os tradicionalistas, com receio que uma federação europeia fosse aventura demasiada arrojada e perigosa para um continente experimentado pela divisão e, mesmo, frequentemente pela guerra.
- › Os atlantistas radicais parecem entender e desejar que a Europa continue tutelada pelos Estados Unidos, senão desejar, mesmo, uma sua americanização satelizante e descaracterizadora.

Há ainda quem entenda, como acontecia com De Gaulle, que entre os inimigos da Europa se deveria incluir a Grã-Bretanha¹⁷.

Quadro adverso, este, que a Europa não conseguiu, ainda ultrapassar. Na verdade, esquecidos ficaram os apelos históricos federalizantes (do Abade de Saint Pierre, de Kant, de Victor Hugo, entre outros), como considerados não foram, quer o plano confederativo de Fouchet (1963), quer as propostas constitucionais

de Altino Spinelli (1984) e de Fernand Human (1989).

Sujeita ao pensamento e acção de uns e outros, em especial ao travão dos nacionalistas e à tracção dos federalistas, teve a Europa avanços irregulares, de configuração não raro equívoca.

Na verdade, e quanto ao seu êxito, a Europa conseguiu construir e dispor de instituições políticas comuns (o Conselho, a Comissão e o Parlamento), que asseguram a sua direcção política, segundo uma lógica mista, em parte intergovernamental e, em parte, já, comunitária (federal).

Os tratados subscritos na União Europeia delimitam estritamente as competências exclusivas da União, em matéria de:

- › Organização de mercado e política de concorrência
- › Política monetária (confiada a um Banco Central independente)
- › Política comercial (apenas em parte).

Nos outros domínios, com frequência se permite o exercício de competências partilhadas entre os Estados e a União.

Quanto à lógica da subsidiariedade, notória tem sido a sua improcedência. Recusada tem sido sempre que possa, operatoriamente, conduzir à concretização de instituições, ou ao desenvolvimento de acções, consideradas atentatórias das soberanias nacionais. Assim, por exemplo, nenhum país da União Europeia dispõe de força militar suficiente para assegurar, sozinho, a sua defesa contra uma grande potência ou, até, para ser ouvido e considerado no curso dos acontecimentos de nível e importância mundiais.

Apesar de assim ser, obstado se tem, quer à criação de um exército europeu (que não implicaria a inexistência de Forças Armadas nacionais), quer ao estabelecimento de uma política de defesa comum, quer, ainda, à institucionalização de uma política externa europeia comum.

Posição, esta, agora fortalecida, pois aos nacionalistas se juntaram os novos membros da União Europeia, recém libertos da satelização soviética. Situação, esta, que, potenciada agora pela fragilidade das lideranças europeias vigentes, pela inexistência de uma ameaça externa credível e pela crise da maioria dos Estados e sociedades civis da União Europeia, responde pelo marasmo da União Europeia, pela anemia de dois dos pilares fundamentais da sua arquitectura.

Na verdade, se o pilar do mercado e da economia se vai consolidando, o mesmo já não acontece com os outros dois: o da política externa e da defesa comum, e o da justiça e assuntos internos.

Os próprios alargamentos sucessivos, necessários à edificação de um verdadeiro e ambicioso projecto europeu, têm contribuído para mais paralisar a construção europeia, pois cada um deles introduz na União

Europeia, doente de projecto, ambição e futuro, novos países portadores de diferentes culturas e distintos interesses.

Para esta situação de anomia contribuído tem, também, o velho e ultrapassado método de entregar às elites, e só a elas, a impulsão na construção da unidade europeia. Certo nos primórdios, ultrapassado se encontra, agora, este método, com uma Europa de povos cada vez mais cultos e informados. A participação dos cidadãos e suas sociedades civis tornou-se indispensável à construção europeia. E essa participação é pequena e frágil, primeiro porque os dirigentes políticos europeus não só negligenciaram os seus deveres de informação, de educação dos seus concidadãos, acerca dos assuntos europeus, e da necessária e correlativa solidariedade, como, ainda, tratam a Europa como um mero «negócio estrangeiro», do qual é necessário colher o maior número de benefícios e recusar o máximo de contrapartidas. Nunca se empenharam verdadeiramente — e se se empenharam não o conseguiram — em apresentar a construção europeia como um projecto, uma utopia, que, como disse o padre Manuel Antunes, pudesse “funcionar como uma grande ideia-força, ou como uma imagem que solicita as energias da fantasia, move as inteligências a encontrar soluções concretas, mobiliza as vontades”¹⁸, ergue as solidariedades.

Para a maioria dos europeus, a União Europeia pouco mais será que um mero instrumento, de cuja existência e utilização esperam resposta — resposta urgente e sem sacrifícios — para as angustiantes questões do desemprego, da insegurança, da exclusão.

Neste quadro de muitas, e muito contraditórias, razões se terá gerado o fracasso, reiterado, das diferentes conferências que, desde Maastricht (1992), têm visado a criação de uma Europa verdadeiramente unida. Na verdade, assim aconteceu na conferência paralela à conferência intergovernamental de Maastricht (que criou a união económica e monetária); outro tanto aconteceria com as conferências de Amsterdão (1996) e Nice (2000).

Tem a Europa, neste percurso de insuficiência, perdido tempo e fôlego na procura de meios para responder a situações e propósitos diversos, esquecendo que, antes de se procurarem os meios, e, para bem os utilizar estrategicamente, indispensável é a existência de um entendimento quanto aos fins, que, se não pudesse contar com a anuência de todos os Estados, contasse com a dos Estados de sentida e mais ousada responsabilidade.

Muitos são os que entendem que o tempo da oportunidade de ouro para essa definição existiu logo após a implosão soviética, e aquando da reunificação alemã.

A verdade é que a queda do Muro de Berlim, em Novembro de 1989, abriu o desejado processo de reunificação alemã, que determinou uma mudança de tom no discurso dos partidos políticos alemães, que passou da

humildade (a promessa de que não esqueceriam o sofrimento a que sujeitaram o mundo) à arrogância, fomentando, assim, a ressurreição do temor da ameaça alemã, mal sepultada no subconsciente europeu.

Muitos pensaram que a Europa estava na iminência de viver uma nova revolução geoestratégica. O colapso da URSS propiciava à Alemanha condições ímpares de realizar – obviamente de maneira modernizada – o seu sonho geopolítico, frustrado em 1918 e 1945. Não poderia já tornar-se o heartland, o Estado pivot, pretendido naquela data. Mas poderia ser um dos centros de gravidade do novo universo pós-bipolar.

Talvez seja interessante referir que o historiador Michael Sturmer, conselheiro de Kohl, não se coibiu de afirmar que o Atlântico era o verdadeiro Mediterrâneo,

Será bom recordar que a construção europeia também teve por objectivo dar coerência geoestratégica a um espaço defensivo – a NATO – face à URSS e seus aliados, hegemónico, de facto, pelos Estados Unidos; e que, numa situação geopolítica diversa, numa altura em que a Alemanha reencontrou a sua plena e inteira soberania – que a Guerra Fria tinha limitado – muitos alemães (não neo-nazis) sonham em ver defendidos, contra tudo e contra todos, os verdadeiros interesses nacionais.

A história da Europa mostrava, entretanto, uma vez mais, tendência para acelerar. Sarajevo foi bem o sinal, lancinante, dessa mudança. Provado ficava que sobre a Europa pairava, ainda, uma ameaça de guerra que só uma Europa clarificada e unida poderia enfrentar. E

“Unidade europeia” através da História



IMPÉRIO ROMANO



IMPÉRIO CAROLÍNGIO



UNIÃO EUROPEIA

sendo os EUA e a Alemanha os dois centros de gravidade. E um antigo colaborador de Genscher retiraria à afirmação anterior a excepcionalidade e eventual «personalidade», referindo que, após o desmantelamento da URSS, a América, o Japão e a Alemanha são os três principais países do mundo; cada um deles a potência dirigente na sua região.

É a inércia do movimento integrador comunitário europeu, mas também esta ansiedade, sentida por todos, até pela classe política alemã, que levou Kohl a engendrar a aceleração da União Política da Europa, com o Tratado de Maastricht. Com ele ter-se-á pretendido:

1. Esboçar uma nova ordem europeia, para substituir a que fora destruída, abruptamente, pelo fim da Guerra Fria;
2. Encerrar a Alemanha, reunificada, numa rede de obrigações partilhadas, com o propósito de evitar desequilíbrios no futuro, na Europa.

Muitos são os que temem que a «comunitarização» da Alemanha acabe por levar à germanização da Europa. É um risco real.

a clarificação geopolítica europeia passa, necessariamente, pelo estatuto e papel da Alemanha.

A união política, negociada em Maastricht, foi, apesar de tudo, na altura, o único projecto coerente para criar uma concertação europeia capaz de estabilizar o continente e esconjurar o risco de voltar às antigas derivas, com garantia de segurança (interna e externa) e prosperidade. A Europa, sem o Tratado de Maastricht, estaria exposta a todos os riscos de um novo desequilíbrio geopolítico; com Maastricht, as relações continuariam a ser conflituais, mas em situação de risco negociado a 12, isto é, controlado.

Foi, também, uma resposta à nova situação geopolítica multipolar, em que, como se sabe, importa mais considerar os recursos, a demografia, o nível de vida, as potencialidades de desenvolvimento do que avaliar só o potencial militar.

Na verdade, a geopolítica, na era tendencialmente multipolar, parece voltar-se preferencialmente para um novo campo de batalha, bem mais complexo: o do favoritismo internacional de matriz religiosa e o da luta económica entre os grandes conjuntos já existentes e aqueles que tenderão a constituir-se: o grande

mercado americano, o da ex-URSS, da China, do Japão, da Europa Ocidental, do Grande Magreb, e da Índia.

Não terá constituído, contudo, esse tempo – em minha opinião – a oportunidade de ouro para a construção de uma Europa unida. É certo que a Europa se defrontava, então, com um novo quadro geopolítico, unipolar, determinado pela existência de uma única superpotência, com a promessa, é, certo, mas não num futuro imediato, de uma multipolarização devido à emergência de um conjunto de potências de propósitos regionais, mas com meios económicos e militares de capacidade mundial (a Rússia e a China serão, disso, os exemplos mais paradigmáticos).

Certo é que a Europa não dispunha de muita liberdade de manobra política, em termos de tempo, para redefinir o tipo de relações que pretendia manter com a super-potência e o papel que desejava desempenhar no mundo imediato unipolar, e no multipolar desequilibrado próximo.

Teria, portanto, teoricamente, de decidir se:

- › Queria libertar-se da tutela militar dos Estados Unidos, o que implicaria dispor de um exército próprio;
- › Optava por ter voz e papel próprios na cena mundial, logo e no futuro.

Na verdade, a geopolítica e a geoeconomia aconselhavam que esta definição fosse elaborada e adoptada sem delongas. A ela se opunha, no entanto, a situação alemã decorrente da sua reunificação, processo que exigiria concentração de esforços, mobilização de meios, liberdade de acção.

Estas condições Kohl só as poderia bem conseguir pondo a construção europeia – nas suas vertentes interna e externa consequente – entre parêntesis para:

- › Não hostilizar ninguém, em especial os Estados Unidos, de cujo aval necessitava para conter eventuais ressurgências «imperialistas» da Rússia, e para mostrar à «RDA» que dispunha de uma força imbatível para contrariar quaisquer eventuais veleidades de oposição à reunificação.
- › Não criar novos encargos financeiros com a construção europeia, oferecendo à «RDA», em difícil evolução de integração, a certeza de que lhe dedicaria os seus esforços e meios.

Em síntese, para responder ao anseio nacional, que a reunificação constituía para a maioria do povo alemão, e à oportunidade de ser novamente forte e poderosa, a Alemanha não poderia deixar de congelar, temporariamente que fosse, a ambição, o sonho, europeu.

Maastricht terá sido, assim, o que a força das coisas aconselhava à Alemanha: uma grande medida que, para além de resolver ressurgidas suspeições europeias, de inegável fundamento histórico e geopolítico, fazia, ainda, avançar a Europa no caminho da reunifi-

cação, mostrando interesse em levar por diante o chamado plano Delors.

Politicamente, Maastricht não contribui, é certo, para libertar a Europa da crise política, com que, de há muito, se debatia. Maastricht terá sido, repete-se, um parêntesis – espera-se que temporal – na progressão política da Europa, em matéria de políticas comuns de defesa e exterior, na criação de eficazes instituições políticas federais.

Factos políticos e militares posteriores encarregar-se-iam de bem demonstrar que a situação, de parêntesis, criada, constituía ameaçadora vulnerabilidade para o futuro da Europa. Neles se contam, pelo seu dramático significado e consequências:

- › Em 1990, a eclosão de uma guerra civil no espaço geográfico europeu, na Jugoslávia, com a reedição de massacres na Bósnia, demonstram que a Europa era incapaz de assumir posições externas comuns.
- › Em 1999, situação semelhante ocorria com o Kosovo. A intervenção militar, que ocorreu, foi, no essencial, decidida e conduzida pelos Estados Unidos, com uma Europa a reboque.
- › Em 2003, mais dramática porque mais elucidativamente fracturante, foi a guerra do Iraque.

Serviu, ela, para trazer à luz do dia a falta de propósitos e unidade da União Europeia. Claro ficou, então, que sem Forças Armadas europeias, com credibilidade, nunca existirá União Europeia.

No quadro descrito, terá a Europa procurado ganhar tempo (ou perdê-lo), avançando com uma Constituição para a Europa.

O projecto de construção, decidido na Cimeira de Laeken, a 15 de Dezembro de 2001, iria encalhar, estranhamente, na França e na Holanda, e entrar, assim, em «ponto morto» ou, mesmo, em fenecimento.

Altura oportuna parece ser o momento actual para, de novo, se perguntar:

HÁ INTERESSE NUMA UNIÃO EUROPEIA? É VIÁVEL UMA EUROPA DE UNIDADE, E, SE SIM, DE QUE TIPO, DE QUE MODELO?

A resposta à primeira pergunta parece justificar um sim irrestrito. Justificá-lo-ia:

- › A paz e a cooperação de que a Europa tem desfrutado.
- › A criação de disciplina de política económica, de aproximação económica com as regiões vizinhas e de integração dos seus mercados financeiros.
- › A renovação do capitalismo, que tende a ultrapassar a internacionalização e a encaminhar-se para a “mundialização que assemelha o planeta a um único mercado global, ignorando cada vez mais as fronteiras políticas dos Estados”¹⁹.



› A capacidade de intervenção na cena internacional, nomeadamente para impor regras de funcionamento aos actores da mundialização, a começar pela reconstrução do sistema monetário internacional, e para dar nova institucionalização, acrescida capacidade e renovado crédito à ONU.

› A resposta à presente crise energética, com uma política comum, que – através, nomeadamente, de um investimento europeu na investigação – lhe permita ganhos no consumo, na utilização de energias renováveis e de produtos substitutivos do petróleo.

› A capacidade de resposta ao crescente terrorismo internacional.

› A necessidade de resposta concertada, na Europa e fora dela, a grandes problemas com que o planeta se defronta, e que são, para além da crise energética, o acesso à água potável, a questão dos resíduos perigosos, os riscos ecológicos e o sobreaquecimento da atmosfera, a pobreza, a exclusão, os imparáveis movimentos migratórios clandestinos.

› A persistência, ainda, como disse o padre Manuel Antunes, de:

• “Um crescimento económico, social, político e cultural dos habitantes da grande Europa, sem lhes alterar a personalidade de base”²⁰;

• Um contributo para o “desenvolvimento dos povos do Terceiro Mundo” e incentivo à paz global,

contribuindo para o equilíbrio e estabilidade das suas diversas partes.

À segunda pergunta – É viável uma Europa de unidade, e, se sim, de que tipo, de que modelo? – a resposta terá de ser, também, em meu entender, afirmativa e condicional.

Será viável, se o projecto de unidade política que venha a criar a Grande Europa, se alicerçar, de forma sólida, consciente e declarada, nos seus alicerces, no seu legado cultural.

Será viável, se os europeus interiorizarem que a sua identidade, sendo geográfica e historicamente determinadas, é bem mais do que isso; se interiorizarem que, da sua vivência histórica de valores comuns, se geraram traços de distintiva identificação europeia, como sejam a racionalidade, a justiça, a liberdade individual, a democracia e a tolerância.

Necessário será, também, que os europeus construam um Contrato Constitucional comum, que, salvaguardando a pluralidade das suas línguas, costumes, tradições e crenças, dê corpo e voz àqueles valores, dê corpo a um estatuto político de unidade e a uma plataforma de acção comum (política, económica, social e cultural).

Indispensável e urgente é, também, que, nesse contexto constitucional comum, se contemple, sem ambiguidades:

1. Uma Europa de projecto e ambição, mobilizadora dos seus cidadãos e suas sociedades civis, através de uma democracia moderna – respeitadora dos direitos, de todos os direitos do Homem, das suas Nações e respectivas sociedades civis –, intransigente e, por isso mesmo, operatorialmente pluralista – respeitadora das soberanias culturais das diferentes Nações;

2. Um sistema de governo de arrojada arquitectura, capaz de – no diálogo com os diferentes Estados, Nações e ONG, e na fecundante interacção com intelectuais e Academias – bem responder, nomeadamente aos desígnios–necessidades referidas, e aos, seguramente, cada vez mais complexos desafios internacionais, geopolíticos, geoeconómicos, geoculturais e, mesmo, geocivilizacionais.

Necessário é que dele recorra também, clara e inofensivamente, o propósito de criar Forças Armadas europeias, que a tornem capaz de assegurar, sozinha, a defesa de toda a Europa²².

Contrato Constitucional, sistema de governo e Forças Armadas que permitiriam, à Europa, desenhar uma política externa comum, com voz e papel em todos os grandes acontecimentos planetários, prudencializando-se com os seus valores matriciais, com a sua longa aprendizagem de imperialismos, de soberanias excluentes e guerreiras, de desmesuradas e funestas ambições geopolíticas que permitiriam à Europa ser uma “potência tranquila”²³, um *soft power*.

É óbvio que esta arquitectura política, constitucionalmente desenhada, limitaria as soberanias nacionais. Confiante estou que a diminuição das soberanias políticas nacionais propiciaria condições melhores à afirmação das «soberanias culturais», dos diferentes países; ofereceria, enfim, às sociedades civis europeias e aos seus cidadãos, mais e melhor soberania.

Aliás, olhando o significado clássico de soberania (poder supremo e independente de um povo num território), poder-se-á perguntar quantos povos, na actualidade, a detêm verdadeiramente? Creio bem que se poderia responder com os Estados Unidos, seguramente, e, talvez, com mais alguns povos–Estados que são já potências regionais em emergência (China) ou em reemergência (Rússia) na cena mundial.

Modificação constitucional europeia que pressupõe aceitar, estimular e responder – com sábia e ousada liderança e compartilhada participação, da sociedade civil e dos cidadãos – aos factores de mudança, de maneira a consolidar a sua posição como potência económica, de sustentada modernização económica e de justo desenvolvimento, o que exige uma Europa que promova a produtividade e a inovação, através de adequada legislação, em todos os domínios, de estreita colaboração com o empresariado e sindicatos, da redefinição das funções ou estruturas dos Estados nacionais. Moder-

nização económica e desenvolvimento capazes, não só de responder ao diagnóstico dos males que corporizam a crise europeia, mas de dar resposta, fielmente justa e sensível, às aspirações operatórias do mundo europeu: Liberalismo (tal o configurou, no essencial, a Revolução Francesa), emancipação (pela construção da igualdade, com solidariedade) e universalidade.

1 Voltaire - Siècle de Louis XIV, Introduction, chap. II. In HAZARD, Paul - *La pensée européenne au XVIIIe siècle. De Montesquieu à Lessing*. Paris: Fayard, 1963 (col. Pluriel Philosophie, 25). p.422

2 HAZARD, Paul - *La pensée européenne au XVIIIe siècle*. p.430

3 Cf. Arnold Toynbee – *Civilisation on trial*. In ANTUNES, Manuel – *Repensar a Europa e a Globalização*. Lisboa: Multinova, 2006. p.32

4 HAZARD, Paul - *La pensée européenne au XVIIIe siècle*. p.185

5 HAZARD, Paul - *La pensée européenne au XVIIIe siècle*. p.186

6 HAZARD, Paul - *La pensée européenne au XVIIIe siècle*. pp.186-187. Interessante será lembrar que Kant viria, mais tarde, a recuperar muito desta sadia utopia

7 Oeuvres complètes, III, p.610. In TODOROV, Tzvetan - *A nova desordem mundial. Reflexões de um Europeu*. Trad. de Teresa Curvelo. Porto: Edições Asa, 2006. p.45

8 LOCKE, John – *Traité du gouvernement civil*. In HUISMAN, Bruno; RIBES, François – *Les philosophes et le pouvoir*. Paris: Dunod, 1994. p.244

9 LOCKE, John – *Traité du gouvernement civil*. p.244

10 *Paix et guerre entre les nations*. In TODOROV, Tzvetan - *A nova desordem mundial*. p.48

11 KANT, Immanuel - *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2004 (col. Textos filosóficos, 18). p.99

12 KANT, Immanuel - *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. p.101

13 KANT, Immanuel - *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. p.102

14 HUGO, Victor - Discurso efectuado na Conferência Universal para a Paz, em Paris, em 1851

15 KANT, Immanuel - *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. p.30

16 KANT, Immanuel - *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. p.30

17 Opinião que me parece exagerada dado o seu pragmatismo e o seu sentido de futuro repetidamente manifestados na história. Pragmatismo manifestamente evidenciado, por exemplo, em Junho de 1940. Percebendo, então, bem a gravidade da ameaça hitleriana, propôs a Inglaterra (Churchill) à França (a III República de que era Presidente do Conselho de Ministros Paul Deynaud) uma união franco-britânica (com base na “dupla nacionalidade e comunidade dos Parlamentos, dos Exércitos, esquadras, das economias”). ANTUNES, Manuel – *Repensar a Europa e a Globalização*. p.104

18 ANTUNES, Manuel – *Repensar a Europa e a Globalização*. p.90

19 BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (dir.) – *Histoire du XXe siècle. De 1973 à nos jours: vers la mondialisation et le XXIe siècle*. Vol. 3. Paris: Hatier, 2005. p.64

20 ANTUNES, Manuel – *Repensar a Europa e a Globalização*. p.28

21 ANTUNES, Manuel – *Repensar a Europa e a Globalização*. p.28

22 Há, é verdade, uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), lançada em 1998. Há, também, uma Estratégia de Segurança da UE, baseada no “multilateralismo eficaz e no compromisso preventivo para trazer a estabilidade e prosperidade dos seus vizinhos” (referida em “A OTAN e a construção da paz”, *Notícias da OTAN*, Verão 2005). Uma e outra são, no entanto, reconhecidamente incapazes de proporcionar à Europa um poder militar autónomo, capaz de responder às exigências da sua própria defesa e às que derivam do papel que lhes cabe desempenhar no conturbado cenário mundial.

23 TODOROV, Tzvetan - *A nova desordem mundial*. p.56